



2006/01/04

A REESTRUTURAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR MILITAR; O PROCESSO DE BOLONHA E A UNIVERSIDADE DAS FORÇAS ARMADAS

João Brandão Ferreira

“São as ideias que governam e dirigem os povos, e são os grandes homens que tem as grandes ideias e nós não temos homens, porque os não formámos, porque não nos importámos nunca com métodos de educação” (Oliveira Salazar. Palestra aos alunos do liceu de Viseu, em 1909)

A História da Humanidade tem sido uma longa e dura caminhada no sentido do Conhecimento. Esta caminhada foi lenta e durante milénios a evolução foi “linear” com marcas específicas e marcantes: a descoberta de como fazer fogo; a transformação de diferentes materiais em armas de fogo; a invenção da roda, etc. Este conhecimento teve um momento revolucionário com a invenção da escrita há cerca de 5000 anos, o que permitiu passar da tradição oral para um tempo em que a passagem da informação é perene, consistente e complementar.

Com altos e baixos a evolução nas diferentes áreas do conhecimento humano manteve-se em progressão “aritmética” lenta até ao século XVIII, em progressão aritmética acelerada até ao século XIX, em aceleração geométrica desde aí até meados do século XX, e em progressão exponencial desde então. O acesso à informação passou de muito poucos para a generalidade dos cidadãos. No entanto e por paradoxal que possa parecer nos tempos contemporâneos, a avalanche de notícias e a multiplicação das fontes de informação tem vindo a provocar um novo retrocesso na aquisição do conhecimento, e à proliferação de “analfabetos funcionais”.

E desde há muito que se tem consciência que a educação e a cultura são fundamentais ao correcto desenvolvimento social e económico. E que, por outro lado, e não menos importante, o conhecimento leva ao saber e o saber é Poder. Então as pessoas que adquiram mais saber e mais depressa, ou um saber específico em determinadas áreas ou épocas, têm mais hipóteses de ocupar os centros de Poder. O ensino é, então, a base para se obter o conhecimento, embora este continue a ser adquirido também por tradição oral e ministrado nalgumas vertentes, em âmbitos restritos. O exercício do Poder também tem a ver com isto.

Portugal acompanhou desde o início da nacionalidade a normal evolução do conhecimento. O nosso país foi dos primeiros a fundar uma universidade na Idade Média e usufruiu de uma notável contribuição do saber templário, que os cavaleiros desta Ordem tinham adquirido no Médio Oriente e desenvolvido desde então. Foi com base neste conhecimento de que a Ordem de Cristo, herdeira da Templária, que todas as disciplinas relacionadas com a navegação marítima e construção naval atingiram um desenvolvimento impar e garantiram a supremacia portuguesa neste âmbito até meados do século XVI.

Assim o entendeu também o Infante D. Henrique (administrador daquela Ordem), que promoveu uma reorganização da Universidade de Lisboa, em 1431. Ou seja, cedo se compreendeu no país que era necessário formar elites que pudessem vir, mais tarde, a ocupar os principais lugares da governação. E foi o rei D. Afonso III o primeiro a ter preocupações em instruir o herdeiro da coroa, como tal, desde tenra idade.

O rei D. João III, devido à sua idiossincrasia e à situação geopolítica, financeira e religiosa da época, decidiu introduzir profundas alterações neste âmbito. Assim reformou a Universidade de Coimbra, encarregou Frei António de Lisboa (que era espanhol), de reformar e enclausurar as Ordens Militares e aumentou a perseguição aos judeus através do Tribunal do Santo Ofício.

No âmbito da luta contra a Reforma, permitiu a vinda dos Jesuítas que logo elegeram o ensino como sua prioridade – fundando, inclusiva, uma segunda universidade em Évora, ao passo que se tentavam alcandorar a confessores das principais figuras do reino. A matriz originária portuguesa e suas principais linhas de orientação foram assim dramaticamente alteradas.

A Inquisição que a Santa Sé, alarmada com os exageros havidos em Espanha, não conseguiu impedir de se instalar em Portugal, teve o seu auge por todo o século XVII o que, junto com todo o ambiente mental da época, limitou extraordinariamente o pensamento e o desenvolvimento científico acabando por impedir (embora não fosse a única causa), que Portugal não conseguiu acompanhar o progresso tecnológico e social.

A revolução de 1640 teve que ser sustentada pela força das armas. Tal facto resultou numa longa

guerra de 28 anos que se desenrolou em todo o mundo onde existiam territórios portugueses, numa extensão que ia da Europa ao Extremo Oriente passando pela América do Sul.

Deste modo, como a prioridade era a defesa e se tornava imperioso formar oficiais nas técnicas e nas tácticas mais modernas da época, foi criada logo em 1641, a “Lição de Artilharia e Esquadria que se pode considerar o estabelecimento de ensino superior militar mais antigo do nosso País. Mais tarde passou a denominar-se “Aula de Fortificação e Arquitectura Militar”, e depois “Academia Militar da Corte”.

O Colégio dos Nobres foi fundado em 1761, destinado a formar os jovens fidalgos, de modo que pudessem ir mais tarde ocupar os principais lugares da administração do Reino. No segundo quartel do século XVIII, passou a ser pacífico que não bastava a linhagem para se ter a garantia de ter bons chefes militares. Era preciso instruí-los. O mérito passou também a ser tido em linha de conta. Deste modo foi criada a Academia Real de Marinha, em 5 de Agosto de 1779, e restaurada, em 1782, a classe dos Guardas-Marinhas, para cuja formação foi estabelecida, em 1796, a Academia Real dos Guardas-Marinhas.

Desde então o ensino militar não mais deixou de estar na “frente” do ensino superior em Portugal e em várias ocasiões assumindo um papel percursor. O marco maior do ensino da época contemporânea foi dado, porém, pelo Marquês de Sá da Bandeira quando criou a Escola do Exército, em 1837, em simultâneo com a Escola Politécnica, que se destinava a preparar os candidatos àquela. Esta escola cujo objectivo era formar os oficiais destinados ao quadro permanente do Exército, surgiu na sequência dos ensinamentos derivados das campanhas napoleónicas e acompanhando, embora com algum atraso – a que não foram alheias as vicissitudes políticas do país –, as orientações seguidas nos principais países europeus e EUA. A criação da Escola Naval, em 1845 veio completar este quadro.

A reforma pombalina da Universidade de Coimbra veio adequar esta, às ideias racionalistas do século XVIII, das quais Sebastião José era adepto. A tradição do ensino liceal em Portugal é também, desta época. Estas alterações tiveram ainda que fazer face ao vácuo deixado no ensino pela expulsão dos jesuítas, o que também teve sérias repercussões na missionização ultramarina, nomeadamente no Oriente e Brasil.

A grande reforma seguinte fê-la a I República tanto a nível do ensino civil como do militar. Há uma tentativa de alfabetizar toda a população e de alargar consideravelmente o número de portugueses com cursos médios e superiores. Tratou-se talvez da primeira democratização do ensino, que as vicissitudes político, financeiras e sociais; a entrada na I Grande Guerra, etc., vieram prejudicar imenso.

Só a partir da institucionalização do Estado Novo, em 1933, se conseguiu olhar novamente para o ensino de um modo estruturado. Este veio, como sempre, reflectir as ideias dominantes na época: era um ensino, exigente, hierarquizado de cariz nacionalista, e visava já todas as vertentes do ser humano: moral, cívico, técnico, cultural e físico. Podendo discordar-se dele, terá que se admitir que era coerente, baseado em valores e patriótico.

O ensino militar acompanhou toda esta evolução, moldava-se às reorganizações que foram tendo lugar, não perdia o que se passava no âmbito civil de vista, mas mantinha a sua autonomia. E a sua qualidade, obviamente relativa e absoluta, não suscitava preocupações exteriores nem pruridos políticos.

A reforma do ensino militar de 1959, adaptava a novel Academia Militar e a Escola Naval (que nunca mudou de nome), aos novos desafios sem esquecer as equivalências universitárias civis, embora nunca tenha sido implementada completamente devido ao eclodir das acções terroristas em Angola, em 1961, que se estenderam em termos de guerra de guerrilha à Guiné e Moçambique, em 1963 e 64, respectivamente.

As crises académicas de 1962 e 1969 de cariz fortemente político, vieram abrir as primeiras brechas no edifício existente. A reforma que se seguiu ao tempo de Marcelo Caetano e de autoria do ministro Veiga Simão, veio abrir portas para muita coisa mas acabou por não se decidir por nada.

A “Revolução dos Cravos” ocorrida em Abril de 1974 veio pôr tudo em causa. E tanta coisa em causa pôs que passado 30 anos de reformas (civis) contínuas e sempre inacabadas, experiências pedagógicas delirantes, falta de autoridade contumaz e desfasamento das realidades profissionais e sociais, acabou por construir (!) um sistema de ensino desorientado, facilitista, à mercê dos vários *lobbies* [1] que entretanto se foram criando. É indisciplinado e altamente gastador, cujo orçamento, há anos é superior a um bilião de contos! Os resultados têm sido verdadeiramente medíocres.

Este “sistema” cuja pirâmide (é mais um quadrilátero!) é o Ministério da Educação, subvertido por inteiro nos idos de 75/76 e nunca “limpo” verdadeiramente, permitiu que o ensino virasse em grande parte um negócio, deixou propagar as “Universidades” e “Institutos” como cogumelos (só faculdades de direito há 28, por exemplo); permitiu que os cursos se reproduzissem por cissiparidade aos centos (só cursos de engenharia há quase 400!), não coordenou nada, não impôs referências nem princípios; fiscaliza mal e afere pouco. O resultado disto tudo é uma catástrofe que se vai reflectir nos próximos 100 anos!

A escolaridade obrigatória é um bluff para iludir estatísticas da União Europeia, a conta calada é enorme e todos os anos são lançados no mercado do trabalho milhares de cidadãos, sem referências morais e cívicas (quando não as têm distorcidas), fisicamente débeis, culturalmente analfabetos e tecnicamente impreparados. O ciclo perpetua-se pois entretanto são estes que vão ser professores dos que se seguem.

O ensino militar tanto a nível liceal (Colégio Militar, Pupilos do Exército e Instituto de Odivelas) como a nível intermédio (escolas de formação de sargentos e oficiais técnicos) e a nível superior (Academias e Institutos), tem sido salvaguardado desta débacle civil, mas obviamente não tem ficado imune. Tem sido salvaguardado não só pelas paredes dos quartéis, mas fundamentalmente porque estava melhor escorado, tinha qualidade e em termos de autoridade, disciplina, organização e avaliação não tem qualquer tipo de comparação com o que se passa no meio educacional civil.

Não deixa de ser curioso que a partir dos anos 90, havendo tanto a fazer no ensino civil, passasse a haver por parte de alguns universitários e políticos uma preocupação em “enquadrar” o ensino superior militar no ensino superior civil (que aquele nunca deixou de acompanhar), a fim de garantir equivalências para que pudesse ser reconhecido.

Os militares com paciência beneditina e alguns pouco conscientes do real valor das coisas castrenses, lá foram dando ouvidos aos senhores catedráticos (que tem melhor acesso ao poder político; a fórmulas de financiamento e outros apoios), acedendo a sugestões, fazendo adaptações etc. A coisa foi andando e chegou-se finalmente ao ponto das instituições militares ficarem sujeitas a inspecções civis de ensino universitário.

Cederam os chefes militares e parece que terminou tudo em bem: os senhores catedráticos, aparentemente, gostaram do que viram. Aguardam-se os próximos desenvolvimentos. Foi assim que chegámos à declaração de Bolonha. Resumidamente: no seguimento da caminhada para o federalismo europeu e das instituições comunitárias (pois é disso que se trata), pensou-se em dar alguns passos que pusessem o ensino superior dos países membros, a caminhar nesse sentido.

Deste modo a declaração de Bolonha assinada nesta cidade em 19 de Junho de 1999, por representantes de 29 países (alguns não membros da U.E.) pretende nos seus objectivos gerais que alunos e professores dos países membros e aderentes possam estudar, ensinar e obter emprego em qualquer deles, deixando de haver entraves à sua movimentação.

Ora para que isto possa acontecer é necessário garantir, previamente, que as matérias e os cursos sejam equivalentes e que a uniformização dos critérios permita uma aferição idêntica garantindo assim a qualidade média dos visados e que os objectivos dos diferentes cursos sejam atingidos.

A declaração de Bolonha visa ainda objectivos mais ambiciosos e que constituem desígnios políticos e sociais: pretendem que os jovens atinjam o mercado de trabalho mais cedo e preparados para as tarefas imediatas. Capacidades suplementares serão adquiridas posterior e escalonadamente. A porta fica ainda aberta para eventuais parcerias de formação conjunta.

Ora isto vai obrigar a grandes modificações nos currícula e organização dos cursos (aponta-se para um primeiro curso de três anos seguido de dois outros anos, mais tarde, embora estejam previstas excepções), e a mexer em muitas outras coisas.

Os governos portugueses que aderem a tudo – sobretudo o que vem da U.E. –, e depois ou fazem figura de corpo presente ou participam simbolicamente, vão ter uma vida muito complicada para gerir este dossier, não só por incapacidades congénitas como sobretudo pelo marasmo em que se encontra todo o sistema como atrás descrito.

As clivagens e os mil e um problemas pertinentes e impertinentes, já começaram a surgir como aliás se pôde constatar nos dois painéis realizados sobre o assunto, sob a égide do Professor Adriano Moreira[2] e que tiveram lugar no Instituto de Altos Estudos Militares, em 3 de Março último[3]. Tal evento contou com a presença e intervenção do Chefe de Estado Maior do Exército que quis deixar claro a importância que dedica ao assunto no que, espera-se seja acompanhado pelos restantes chefes militares. E bom seria que os mesmos pudessem acordar numa plataforma

comum de modo a melhor fazerem face às ciclópicas tarefas que certamente os aguardam neste âmbito e no futuro.

Não deixa de ser curioso notar, desde já, que a intervenção sobre ensino militar foi feita pelo professor Rocha Trindade – um civil.

A anterior Ministra da Educação, em 17 de Setembro de 2004, já tinha produzido um documento de “Orientação para Harmonização de Estruturas de Formação”, tendo em vista a reforma do sistema do ensino superior, a que a Declaração de Bolonha obriga e os posteriores encontros de ministros, em Praga, em Março de 2001, e em Belém, em 2003, complementaram e harmonizaram.

Na sequência saiu o Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro que define e regulamenta os “Princípios reguladores de instrumentos para a criação do espaço europeu de ensino superior”, que visa adequar o ensino nacional ao espaço europeu, que tem como meta 2010, o que coincide com o definido na estratégia de Lisboa, aprovada em Março de 2000 e que visa tornar a Europa – naquela data –, “o espaço económico mais dinâmico e competitivo do mundo...” O processo de Bolonha é, assim, um dos principais vectores deste desiderato.

Não nos parece, no entanto, nada fácil que o governo português vá conseguir cumprir o decreto-lei citado, nos prazos previstos dadas as oposições existentes e a falta de autoridade que grassa no país. E o principal problema é harmonizar e, ou pôr de acordo (ou na falta deste, forçar), a multitude de organismos e interesses que estão em jogo. Neste jogo. Aparentemente temos uma verdadeira babilónia.

Por exemplo ninguém se entende no redesenhar da “arquitectura” do ensino superior. Cada faculdade quase que quer uma excepção para si; assiste-se a um conservadorismo extremado e a uma enorme resistência à mudança (sem embargo de devermos ponderar se ela é boa).

Depois, como conciliar ou hierarquizar os fautores da mudança? Isto é, deve ser o governo a ter a orientação predominante, as Universidades, ou um conjunto de faculdades e organismos afins? E em que medida entra aqui e é desejável, a chamada autonomia universitária?

Para baralhar ainda mais a questão a posição da quase totalidade das Ordens profissionais declaram-se hostis ao preconizado em Bolonha quanto à remodelação dos cursos. Ora as Ordens são uma espécie de escalão intermédio entre o ensino e a vida profissional e assumem-se, muitas delas, como avaliadoras da competência que os recém formados têm para passarem a exercer. É uma função de regulação social que não nos parece estar muito bem regulamentada.

E ainda não se começou a discutir os custos (e quem os suporta) que as eventuais mudanças vão acarretar. Ora sem se ter uma ideia geral firmada, do que é preciso e se vai fazer, não é possível começar a elaborar um período de transição... Enfim o processo vai ser complexo e controverso.

Interessa às Forças Armadas avaliar as implicações que toda esta dinâmica vai acarretar para os diferentes Ramos em geral e para o recrutamento, formação e a avaliação do seu pessoal, em particular. Aparentemente o impacto do Processo de Bolonha na instituição militar não será muito grande a não ser nalgumas reformas de cursos. Mas aí há que esperar pelo resultado das digladiações no meio universitário e intervir na altura certa.

Os objectivos de promoção de maior movimentação, intercâmbio e acesso mais rápido e em melhores condições ao mercado de trabalho, pouca influência têm nas Forças Armadas. Os militares (até ver) só podem servir nos exércitos dos seus países, o acesso ao mercado de trabalho está garantido no fim do curso e o único empregador é o Estado que, por isso e no caso vertente, deve ter uma palavra preponderante a dizer.

O problema de intercâmbio, interoperacionalidade, de reconhecimento de capacidades, etc., está resolvido há muito (e quando há um problema resolve-se), através de cursos e quartéis gerais comuns exercícios conjuntos e combinados, doutrina e procedimentos uniformizados e mais um conjunto alargado de actividades que deixam o que se passa na sociedade civil a anos luz de distância. A Nato é, sem dúvida, a organização de defesa internacional que melhor desenvolveu e harmonizou toda a actividade no âmbito apontado. E com uma característica e peculiaridade muito importante: deixando sempre uma margem de manobra de identidade e de soberania a cada país.

Deste modo os militares devem enfrentar as eventuais questões derivadas do Processo de Bolonha com serenidade. O que pode haver de preocupante na actualidade é a salvaguarda da especificidade do ensino militar e, nomeadamente em Portugal, a criação eventual da Universidade das FA's; no caso português um e outro estão ligados. E aqui é que há que ter o maior cuidado e a maior firmeza.

A ideia de uma universidade das FA's viu a luz do dia através do Prof. Veiga Simão, quando era ministro da Defesa no governo socialista do Eng. Guterres (em 1998, salvo erro). Esta ideia e seus objectivos contam-se em termos simples: pretende-se tendo, como sempre, o termo "racionalização" por detrás, reunir debaixo de um mesmo órgão os três institutos superiores militares; as escolas superiores militares a escola de serviço de saúde militar e até os institutos politécnicos. Esta nova "universidade" teria um reitor (!) que poderia ser civil ou militar (no activo, na reserva ou na reforma!) Tal desiderato visaria a integração do ensino; melhor harmonizar as equivalências académicas, reduzir custos, etc.

Ora o projecto, que não derivava de nenhum estudo prévio (nem de viabilidade), nem de nenhuma iniciativa do Ministério da Defesa ou dos Ramos das FA's teve então, a oposição em bloco do conselho de chefes e mereceu a crítica pública de vários oficiais generais na reserva e reforma. Foi a primeira vez – que dêsemos conta –, que uma qualquer medida suscitou semelhante unanimidade desde o 25 de Abril de 74.

Face a esta oposição e mercê das trapalhadas em que os políticos andam sempre envolvidos, deixou de se falar na universidade das FA's. Até que o ex-ministro da Defesa Rui Pena (recorda-se que o governo do engenheiro Guterres teve quatro ministros, quatro, da Defesa), resolveu ressuscitar a ideia mandando publicar um decreto-lei, de Julho de 2002 em que criava a universidade das FA's, 48 horas antes de abandonar o governo. Resta acrescentar que tal aconteceu depois do ministro ter tido uma conversa prévia com o muito conceituado professor Adriano Moreira.

Por razões que nunca foram divulgadas publicamente uma das primeiras medidas do ministro da Defesa seguinte, Dr. Portas, foi revogar este e outros diplomas. O assunto não ficou esquecido mas foi convenientemente adiado não só porque foram estabelecidas outras prioridades como se pretende certamente apresentar a "pílula de uma maneira adocicada"...

Este assunto era para ser retomado na segunda metade da legislatura só que, no entanto,.... o senhor ministro deixou de o ser. Uma comissão presidida pelo general Garcia Leandro passou a estudar o assunto quando este não viu renovado a sua permanência à frente do Instituto da Defesa Nacional. Presume-se que irá apresentar, um destes dias, as suas conclusões ao novel ministro Dr. Amado, caso este não venha a mudar de orientação.

Aguardam-se por isso os novos desenvolvimentos na certeza de que os principais interessados nesta mudança não irão desistir da ideia. Convém alinhar alguns pontos que nos parecem de superior importância.

1.º É de todo útil haver equivalências em termos de formação académica entre os cursos universitários civis e os militares. Esta ideia funda-se na validade científica dos cursos e na compatibilidade dos graus académicos. Mas tal não deve pôr em causa a especificidade e exigências da Instituição Militar que não tem qualquer paralelo no universo civil. Ou seja, o ensino superior militar deve integrar-se no ensino superior civil de um modo harmónico salvaguardando as suas necessidades próprias e não instituir-se um sistema em que o ensino civil, com as suas características entra pelo universo militar a dentro.

2.º As escolas militares formam em primeiro lugar militares e é em cima da formação militar que se veicula a formação técnica, humanística, etc., tida como necessária ao seu todo de militar. Não pode haver confusões sobre isto. Mais, essa formação ético-militar deve ser dada em primeiro lugar e não deve ser abandonada até ao fim dos cursos e deve-o ser numa idade em que esta formação seja melhor absorvida pelos jovens.

3.º As características funcionais das Universidades não tem nada a ver com a realidade das escolas militares, nem podem ter. Porque as escolas militares têm dependências diferentes, estruturas hierárquicas e organizativas específicas; regras disciplinares próprias; princípios de liderança únicos e tradições diferenciadas que, até entre os Ramos das FA's, é necessário preservar.

4.º Esta fora de qualquer razoabilidade poder pensar-se que académicos civis – mesmo tratando-se dos mais categorizados ou mesmo aqueles abrangidos na restrita dúzia de personalidades que entendem de Defesa Nacional, se podem arvorar competentes para dizer como é que os futuros oficiais do quadro permanente do Exército da Marinha e da Força Aérea devem ser formados. É um despautério e uma falta de senso, ou então escondem objectivos inconfessáveis.

5.º O corpo docente tem que ser equilibrado entre militares e civis que são admitidos através de concurso documental como aliás já se passa hoje em dia. É de ponderar a criação de uma carreira docente militar.

6.º Existir a figura do "reitor" numa Academia das FA's é uma aberração; pôr-se a hipótese de ser civil

é risível (e se alguma vez houver o atrevimento de o fazer isso deve ser motivo de desobediência e revolta séria!...), e colocar a opção de poder ser um oficial general na reserva ou reforma, é apenas um atrevimento de quem não sabe do que fala.

7.º A figura de proa de uma eventual universidade militar (e não vemos, neste momento, qualquer vantagem em criá-la), deve chamar-se comandante, quando muito director e tem que ser obrigatoriamente um oficial general no activo.

8.º Esta questão da terminologia, não é disciplinada, já que cada termo tem o seu significado específico donde derivam consequências. E não pode haver ingenuidades pelo meio. Vamos tentar ilustrar o que queremos dizer com o que se passou na PSP. Até há poucos anos a PSP tinha um Comandante Geral, pois era servida por oficiais do Exército. O último Comandante foi o general Gabriel Teixeira, notável militar que por ter tido a ousadia de defender os seus homens e de discordar de um ministro menor, foi demitido do seu cargo. O poder político decidiu então alterar o nome do cargo da corporação de comandante para Director Geral, (ou seja pode ser ocupado por qualquer pessoa...). Na altura houve oficiais convidados que não aceitaram o lugar. Logo este foi entregue a um dos superintendentes mais antigos, mas quando este saiu, o cargo não mais deixou de ser ocupado por magistrados. E a actual estrutura prevê três directores adjuntos dos quais apenas um (operacional), é obrigatoriamente ocupado por um polícia! Extrapole-se isto para a figura do “reitor” e vejam o que pode acontecer.

9.º Para além de eventuais pontos que tenham a ver com a vaidade dos homens, a atribuição de lugares e a pesporrência política, a criação da universidade das FA's, pode ter ou vir a ter, fundamentalmente com o controlo (melhor dizendo o domínio) da Instituição Militar (IM).

Este último ponto necessita de uma elaboração adicional. Conhecem-se as atribuições político-militares dos últimos 180 anos, bem como as numerosas intervenções de cariz político por parte dos militares, no mesmo período de tempo, em que foram, para o bem e para o mal, os protagonistas dos principais eventos ocorridos na História do Portugal contemporâneo.

Sabe-se isto e também se sabe que, de um modo geral, e correndo todo o espectro político-partidário, existe um consenso de que não se quer que isso volte a acontecer. Até agora a maioria dos ataques feita à IM, têm sido dirigidos ao seu “corpo”, isto é, através do asfixiamento pela via financeira, pelo pessoal e por via administrativa, donde se deve destacar a coarctação sistemática das suas autonomias, isto quando se prega a excelência da descentralização em todos os sectores!...

Mas tal ainda não foi suficiente para “reformatar” as Forças Armadas, termo que por mais que se reforme (e não se tem feito outra coisa), não pára de encher a boca a qualquer catraio ou senador da política. O ataque à “alma” militar, começou a sério com a subversão da justiça e da disciplina – que está em curso –, com o fim do serviço militar obrigatório e será definitiva se se confirmar o assalto ao Ensino Militar.

Há duas coisas que os políticos da partidocracia – isto é, os políticos com “p” minúsculo, jamais entenderão: a essência espiritual da profissão militar; e não poderem designar um dos seus quadros para comandar, já não direi o Exército, mas o regimento de infantaria de Viseu, a fragata Vasco da Gama ou a Base Aérea de Sintra. Os políticos não dominam isto, como não dominam a estrutura hierárquica da Igreja.

Os soviets tentaram obviar o problema, nomeando comissários políticos para junto dos comandantes das unidades, mas tal revelou-se um problema insolúvel em período de paz e uma catástrofe em tempo de guerra. A solução parece assim óbvia: trata-se de formatar os militares à imagem e semelhança dos valores, ou da falta deles, que orientam a praxis político-partidárias ou as referências deontológicas da sociedade civil. E ao mesmo tempo, é claro, aumentam-se os cargos para amigos e correligionários. Sabe-se ainda da luta surda e subterrânea que algumas entidades discretas, quando não secretas, movem para colocar peões seus nos lugares preponderantes no xadrez universitário (neste caso) nacional. E a razão é sempre a mesma e foi enunciada no início do escrito: o conhecimento leva ao saber e saber é Poder.

Conclusão

“A toupeira não pode ter do mundo a mesma visão da águia” (Séneca)

A experiência mostra que as reformas do ensino devem ser sólidas e pouco frequentes. E para serem sólidas e adequadas, devem ser muito ponderadas tendo em vista os objectivos nacionais permanentes e conjunturais e a evolução do desenvolvimento científico e da sociedade. E devem durar o tempo suficiente para poderem revelar as suas virtualidades e defeitos.

Portugal perdeu, desde o reinado de D. João III a capacidade de formar elites na sua matriz inicial (que é templária e franciscana) e que vinha do princípio da nacionalidade. Viu depois, a sua possibilidade de gerar elites, debilitadas ao longo de séculos por condicionamentos vários e de um modo geral não se aproveitam bem os valores que despontam, por idiosincrasias próprias do português (por exemplo a inveja) e porque o mérito é constantemente atropelado e posto de lado em favor de partidarismos políticos, nepotismo, sinecuras diversas, etc.

A falha na preparação e escolha das elites que deviam ocupar os principais postos da política, administração pública, magistratura, diplomacia, empresas, etc., é um dos principais problemas do país e devia constituir preocupação permanente dos responsáveis. Idêntica preocupação deve ocorrer na IM, embora as coisas aqui, felizmente, corram bastante melhor do que nos meios civis, apesar do patamar de exigência ser também superior.

O ensino civil vai ser confrontado com desafios profundos por via do processo desencadeado em Bolonha. Não tanto assim para o ensino militar, não só porque os principais desideratos enunciados naquela cidade pouco se aplicam aos militares como também porque o ensino superior militar é já um ensino de excelência relativamente ao seu congénere civil. E os primeiros que devem ter consciência disto são os militares. E parece que não têm.

A Universidade das FA's aparece assim como escusada e melhor seria que políticos e catedráticos se esforçassem em melhorar o ensino civil – a começar na escola primária – do que andarem preocupados a querer ensinar à IM como é que há-de formar os seus futuros generais e almirantes! O que parece desejável que se faça é uma gradual fusão dos institutos o que de resto já está a ser feito.

Agora, onde poderá haver perigos sérios é para o ensino militar e, por via disso, para a operacionalidade e futuro das FA's, logo para a Segurança Nacional, se não houver o discernimento e a coragem de salvaguardar as competências que permitem induzir as especificidades da condição militar. E, por outro lado, se intentem ações que subvertam as suas características peculiares que estão testadas e consolidadas há séculos. Se assim for ter-se-á desferido o maior e mais mortífero golpe na alma militar da nação. E isso deve ser considerado “Causa Beli”.

[1] Desde os sindicatos dos professores, às associações de pais, aos editores escolares, etc.

[2] Presidente do Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior.

[3] Foram oradores os Prof. Dr. Adriano Moreira, Prof. José Barata Moura, Reitor da Universidade de Lisboa; Prof. Rocha Trindade, Prof. Jubilado da Universidade Aberta; Prof. Justino Mendes de Almeida, Reitor da Universidade Autónoma de Lisboa; Prof. Freitas do Amaral, Director da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa; Dr. Miguel Eiró, Presidente do Conselho Nacional das Profissões Liberais; Prof. Alberto Amaral, Presidente da Associação Portuguesa do Ensino Privado; Prof. Cunha e Sena, membro do Secretariado Nacional da FENPROF; e Prof. Caldeira Dias, Presidente do Observatório do Emprego e Formação Profissional.

19 TEXTOS RELACIONADOS:

2011/05/20

CONTEÚDOS DE E-LEARNING DA NATO/PFP USADOS NO ENSINO UNIVERSITÁRIO EM PORTUGAL

Manuel Borges Gonçalves[1]

2009/06/08

AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO ENSINO SUPERIOR MILITAR

João Vieira Borges[1]

2008/03/10

UM OÁSIS NO “DESERTO” PORTUGUÊS: O COLÉGIO MILITAR

João Brandão Ferreira

2007/05/28

AS FORÇAS ARMADAS E OS “RECURSOS”. OS RECURSOS HUMANOS E A FORMAÇÃO” (IV)

João Pires Neves[1]

2007/03/20

MULHERES NA INFANTARIA

João Brandão Ferreira

2007/02/21

REPÓRTERES DE GUERRA. FORMAÇÃO[1]

Paulo Sales Grade

2006/09/21

BOLONHA, O ENSINO SUPERIOR MILITAR E A QUALIDADE

Casimiro Pacheco Talhinhos

2006/09/14

QUESTÕES QUE SE PÕEM AO ENSINO SUPERIOR MILITAR

João Brandão Ferreira

2006/07/07

O COLÉGIO MILITAR PARA ALUNOS EXTERNOS?

João Brandão Ferreira

2006/05/25

FORMACION Y TRANSFORMACION MILITAR

Miguel Fernández y Fernández[1]

2005/09/24

A CRIAÇÃO DO “INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES”

João Vieira Borges

2005/06/29

CONSIDERAÇÕES SOBRE A CRIAÇÃO DO IAEFFAA

Eduardo Silvestre dos Santos

2005/05/14

FINALMENTE A REFORMA DO ESM EM PORTUGAL

João Vieira Borges

2005/03/23

A UNIVERSIDADE DE DEFESA NACIONAL DOS EUA

João Vieira Borges

2004/12/14

PROCESSO DE BOLONHA: PENSAR HOJE UM FUTURO MELHOR

João Vieira Borges

2004/01/30

O ENSINO SUPERIOR MILITAR UNIVERSITÁRIO NOS EUA – O CASO DE WEST POINT

João Vieira Borges

2004/01/29

O ENSINO SUPERIOR MILITAR UNIVERSITÁRIO EM FRANÇA: O EXEMPLO DE SAINT-CYR

João Vieira Borges

2003/12/06

A ESPECIFICIDADE MILITAR NOS ESTABELECIMENTOS MILITARES DE ENSINO UNIVERSITÁRIO

João Vieira Borges

2003/06/12

O CENTRO DE INVESTIGAÇÃO DA ACADEMIA MILITAR (CINAMIL)

João Vieira Borges